



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho

MULHERES E TRABALHO FORMAL NO GOVERNO LULA (2007-2010): notas para debate

JULIANA NUNES PEREIRA ¹

RESUMO

O trabalho realizado pelas mulheres em diversos contextos históricos e seus modos de produção e sociabilidade correspondente é fundamental para os estudos acerca das transformações do trabalho. A categoria gênero e, em especial, a divisão sexual do trabalho são fundamentais para que as investigações possam compreender as relações sociais sem perder o seu caráter histórico. O objetivo deste artigo é analisar os rebatimentos do segundo governo Lula (2007-10) no que concerne as configurações do trabalho das mulheres no Brasil. A pesquisa é de cunho bibliográfica e documental.

Palavras-chaves: Trabalho, Superexploração da força de trabalho, Gênero, Divisão sexual do trabalho, Lula.

ABSTRACT

The work done by women in different historical contexts and their modes of production and corresponding sociability is fundamental for studies about the transformations of work. The gender category and, in particular, the sexual division of labor are fundamental for investigations to understand social relationships without losing their historical character. The purpose of this article is to analyze the repercussions of the second Lula government (2007-10) with regard to the configurations of women's work in Brazil. Bibliographic and documentary research.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

Keywords: Work, Overexploitation of the workforce, Gender, Sexual division of labor, Lula.

INTRODUÇÃO

Havia no contexto do Governo Lula uma prática discursiva de Estado que alardeava a ampliação dos postos de trabalho formal no país. Segundo o próprio presidente, em seu discurso de posse quando reeleito, haviam sido criados, em 4 anos, mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, totalizando juntamente com as ocupações informais, mais de 7 milhões de novos postos de trabalho e tinha a pretensão de ampliar este escopo, afirmando que, para o Brasil ter um crescimento acelerado, duradouro e justo, deveria o Estado “articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão” (LULA, 2007, p. 6).

Diante disso, mediadas por categorias como gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho, entre outras, analisamos os rebatimentos do segundo Governo Lula (2007-2010) para a divisão sexual do trabalho e as -possibilidades de (re)configuração do trabalho das mulheres no Brasil.

Para isso, buscamos reconstituir teoricamente a dimensão do trabalho das mulheres, contextualizando histórica e conjunturalmente a constituição do neodesenvolvimentismo no Brasil e suas principais repercussões no que concerne ao mundo do trabalho, sobretudo sobre a divisão sexual do trabalho e o trabalho formal.

As análises envolveram temáticas no âmbito do trabalho, Estado, gênero, políticas públicas etc., através de fontes primárias: leis, medidas provisórias, projetos de lei, planos, decretos etc., e fontes secundárias, como livros, revistas, relatórios, teses, entre outros.

Além das informações já consolidadas, sistematizadas e apresentadas durante o Governo Lula (2007-2010), acessamos dados deste mesmo período para fins de análises qualitativas através das plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com vistas a acompanhar como se deram as transformações do mercado de trabalho neste contexto. Foram consultadas ainda, as bases de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, Relatórios da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, Relatórios do Banco Mundial, Base de dados e Relatórios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Em tempo, evidenciamos que alguns dados e relatórios que estavam vinculados aos

Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal, que poderiam auxiliar no processo de coleta para fins de conclusão de nossos estudos, tiveram os seus acessos suprimidos junto com as suas respectivas pastas durante o Governo Bolsonaro. O acesso à informação no site unificado do Governo Federal passou a hospedar todos os links dos Ministérios e Secretarias em vigência e o acesso à informação tem como roteiro o encaminhamento de solicitação de acesso à informação, em portal específico, sem explicitação de prazos de *feedback*.

O TRABALHO NO GOVERNO LULA

O Brasil possui particularidades relevantes no que concerne aos aspectos econômicos, políticos e sociais. País de economia capitalista dependente (MARINI, 2005), ocupa posição de interdependência com os países capitalistas centrais².

A dependência tem por fundamentos a superexploração da força de trabalho; transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); a remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties etc.); a alta concentração de renda e riqueza; e agravamento dos problemas sociais (CARCANHOLO, 2013).

Segundo Castelo (2017), historicamente o país atuou na manutenção das condições gerais de enriquecimento dos países capitalistas dominantes, desde o paradigma agrário-exportador; no modelo padrão industrial (mediante substituição de importações) e, posteriormente, no padrão exportador de especialização produtiva. Desde a revolução passiva, de 1930, com Vargas ao desembarque do capital financeiro, com Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento sempre teve como maestro o grande capital, seja a velha burguesia capitalista brasileira ou o capital internacional, respectivamente.

Ainda de acordo com Castelo (2012), com a derrota dos grupos progressistas que apoiavam o nacional-desenvolvimentismo, a ditadura militar promoveu um desenvolvimento hegemônico pelos monopólios internacionais, que aprofundou ainda mais o caráter dependente e subdesenvolvido do país. Isso implica dizer que a formação socioeconômica do Brasil foi constituída pelo desenvolvimento desigual e combinado, nos mais diversos

²De acordo com Marini (2005), o que conhecemos como subdesenvolvido, não é senão uma parte fundamental do processo de expansão do capitalismo mundial, não podendo ser superada dentro de seus marcos.

modos de produção, de forma que o capitalismo sempre manteve o controle econômico, político e social.

Estas intervenções se deram através da economia ou da coerção/uso da violência. Em que pese a transição democrática na América Latina (com o fim das ditaduras), os direitos substantivos no Brasil não se efetivaram (apesar da implementação do direito formal, mediante pressão da classe trabalhadora), haja vista a implementação do paradigma neoliberal na década de 1990.

Nesse contexto o Estado ampliado neoliberal (em composição com as frações da burguesia) acentuou os seus serviços em acordo com as classes dominantes. Não há que se falar em Estado Mínimo, mas em uma refuncionalização do Estado, com o objetivo de reverter a crise dos anos 1980 (BEHRING, 2014).

A articulação íntima entre Estado e classes dominantes, permitiu o aumento da extração de mais-valor, com garantias mínimas das necessidades da classe trabalhadora, através do acesso do Estados imperialistas a extração de riquezas dos países dependentes. A refuncionalização do Estado tem fundamento na culpabilização desse pela crise do capitalismo no pós-1970. Dessa forma, o Estado penetra ainda mais em algumas áreas, diante da necessidade do capital, a exemplo no âmbito do trabalho (HARVEY, 2004).

Assim, o contexto é de Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalho. As intervenções do Estado são no sentido de regressão dos investimentos em políticas públicas universalizantes, revogação de direitos trabalhistas e segurança ao capital.

A década de 1990 no Brasil é marcada pelo aprofundamento das expressões da Questão Social, como o desemprego estrutural, pauperismo, perda de direitos básicos, maior precarização trabalhista e privatizações, sempre em condições de submissão às regras estabelecidas pelos países capitalistas centrais, sob a batuta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). A refuncionalização do Estado ocorreu ao tempo em que a financeirização avançou e a reestruturação produtiva era profundamente implementada. A intervenção dos organismos internacionais (sob a justificção de uma dívida externa relevante), teve impactos importantes no sistema de proteção social (recém garantidos formalmente na Constituição de 1988).

Esse movimento do capital informa de forma cristalina as reflexões trazidas por Marx acerca da acumulação do capital, quando afirma que o desenvolvimento do capitalismo se dá mediante o aumento exponencial da extração de mais-valia. O movimento de expansão e retração de capital indicam repercussões relevantes para a organização do trabalho.

Diante dos primeiros sinais de desgaste do paradigma neoliberal, diante de crises financeiras e resistências antissistêmicas, há uma dupla movimentação na política regional: por um lado, as classes dominantes que buscam recompor o bloco neoliberal e seu projeto de supremacia, em torno do social-liberalismo (variante ideológica do neoliberalismo), e por outro lado, um movimento antineoliberal, contra os governos alinhados ao Consenso de Washington - como aconteceu na Venezuela, Brasil, Equador e Peru (CASTELO, 2011).

Foi nesse contexto que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república. Segundo BALTAR *et al* (2010):

É muito importante ressaltar que, mesmo numa conjuntura mundial especialmente favorável, o crescimento da economia brasileira nesse período relativamente curto não chegou a ser extraordinário, e seus impactos positivos sobre o mercado de trabalho podem ser vistos como o início de um processo, mais amplo e demorado, requerido para (i) reverter as modificações negativas sobre o mercado de trabalho e a estrutura de rendimentos resultantes das políticas econômicas e trabalhistas neoliberais, implementadas desde o início da década de 1990, e da consequente reestruturação produtiva, baixo dinamismo econômico e precarização do mercado e das relações de trabalho; (ii) reduzir os efeitos perversos provocados por 25 anos de estagnação do PIB per capita sobre o mercado de trabalho de um país subdesenvolvido; (iii) amenizar os problemas resultantes de uma estrutura ocupacional histórica e estruturalmente marcada pela informalidade, precariedade e baixos salários (BALTAR *et al*, 2010, p.18).

O Brasil, a partir de 2003, passa por um novo momento político, econômico e social. A configuração deste período divide compreensões sobre rupturas e continuidades com o neoliberalismo - destacadamente entre as diretrizes neoliberais ortodoxas, da década de 1990 ou a instituição de um modelo híbrido que articulou o modelo Nacional-desenvolvimentista com o Neoliberal (PEREIRA, 2019).

Existe no entorno desses governos diversas interpretações sobre a sua gênese e desenvolvimento. Segundo Castelo (2012), existem três teses acerca desta programática: 1) A tese Macroeconômica estrutural do desenvolvimentismo, capitaneada pelo Luiz Carlos Bresser Pereira (Ex-ministro da reforma Estado e professor da Fundação Getúlio Vargas), que afirma haver o novo desenvolvimentismo rompido com o neoliberalismo. Segundo esta tese o novo desenvolvimentismo divergia do nacional-desenvolvimentismo no que concerne à maior abertura do comércio internacional; ao maior investimento privado na infraestrutura e uma preocupação mais acentuada com a estabilidade macroeconômica; 2) A tese pós-keynesiana, que aponta para um Estado forte regulador de um mercado forte, articulando altas taxas de crescimento com equidade social; e 3) A tese social-desenvolvimentista, capitaneada por intelectuais ligados ao partido dos trabalhadores, que defende a existência

nesse contexto de uma política econômica que, ao romper com o neoliberalismo, nos conduziu a um pós-neoliberalismo.

De acordo com Singer (2012), os governos Lula promoveram um *desvio* ou *afrouxamento* do neoliberal desenvolvido na década de 1990, que possibilitou por algum período a convivência do neoliberalismo com políticas de redistribuição de renda, como o aumento real do salário mínimo e políticas de assistência social, sobretudo de transferência de renda.

Lula percebeu, em 2002, uma oportunidade para o que Singer (2018) nomeou de “reformismo franco”. As condições para isso tinham por base o boom das *commodities*. Entre 2003-2010, diversas medidas no âmbito da economia foram tomadas. A política de valorização do salário mínimo – que foi acordada em 2007, enviada ao Congresso em 2009 e aprovada em 2011; a instituição do Programa Bolsa Família (em 2003 eram 3,6 milhões de pessoas, representando um montante de R\$ 3,2 bilhões para, em 2010, representar cerca de 12,9 milhões de pessoas e um valor de 14,4 bilhões); a bancarização da população (por meio do Banco Público Caixa Econômica Federal, através do Caixa Fácil); o estabelecimento de crédito consignado³; a criação das farmácias populares; promoveu a extensão do Benefício de Prestação Continuada – BPC; Criou o Programa Minha Casa Minha Vida; Construção de cisternas no semiárido; promoção de reconhecimento dos territórios quilombolas; incentivo à agricultura familiar, entre outros.

Entre 2003 e 2010, a taxa de desemprego foi reduzida em 50%. O rendimento médio habitual dos/as trabalhadores/as aumentou em 19%, nesse mesmo período. A partir de 2006 tem-se um aumento no investimento em razão do aumento da arrecadação⁴, havendo queda mediante a crise de 2008-2009, havendo retorno lento em 2010. Enquanto o consumo cresceu 48,2% o investimento cresceu 74,3% (IBGE, 2010).

À custa do endividamento da população e da ampliação da acumulação do capital (sobretudo, o financeiro), a prioridade na implementação destas políticas visava à ampliação da capacidade de investimento público que poderia gerar o aumento do número de empregos e do consumo, que por sua vez poderia intencionalmente investir em investimentos privados, com vistas à manutenção de um ciclo: reduzir o desemprego, aumentar o consumo e o investimento privado.

Segundo dados do Banco Mundial, entre 2003 e 2014, no Brasil, 29 milhões de

³Modalidade de empréstimo onde as prestações são descontadas direto na folha de pagamento ou no benefício previdenciário do/a contratante.

⁴A carga tributária cresceu entre os anos de 1995 (27% do PIB) e 2015 (37,71%).

pessoas saíram da pobreza e a desigualdade diminuiu expressivamente. O coeficiente de Gini caiu 6,6% no mesmo período, de 58,1 para 51,5. O nível de renda dos 40% mais pobres da população aumentou, em média, 7,1% (em termos reais), entre 2003 e 2014, em comparação ao crescimento de renda de 4,4% observado na população geral. Esses indicadores de redução da pobreza e da desigualdade estagnaram em 2015 e iniciaram queda no ano seguinte.

Lula teria encontrado a fórmula onde poderia articular desenvolvimento do capital com redução da extrema pobreza, sem confrontos relevantes na frente que se conformara em razão de seu governo. Segundo a PEREIRA (2019), o Governo Lula foi marcado pela acentuada elevação do emprego com carteira assinada. Os governos petistas criaram cerca de 20 milhões e 435 mil empregos formais, em onze anos e cinco meses, uma média anual de 1 milhão 789 mil empregos, aproximadamente três vezes que os Governos de FHC. Porém, este aumento de postos formais foi acompanhado pela ampliação da flexibilização e a precarização do trabalho.

O Presidente Lula encerrou o mandato em 2010, com 83% de aprovação – a maior série Datafolha, desde a década de 1980. Dilma Rousseff, indicada por Lula como ministra da casa civil, a responsável pelo PAC (dentro do que Singer chamou de “reformismo fraco lulista⁵”), é indicada como sucessora do então Presidente Lula.

Diante disto, nos intenta analisar como se deu a participação das mulheres no que concerne ao acesso e participação no mercado de trabalho neste contexto, uma vez que historicamente estas ocuparam em maior número os postos de trabalhos precários, desprotegido e em tempo parcial. Estes elementos são passíveis de análise ao tomarmos o gênero como categoria analítica, sendo esta fundamental para compreender o mundo do trabalho.

GÊNERO E TRABALHO: DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

É necessário analisar as relações de gênero articuladas ao conceito de classe e raça, compreendendo relações mais amplas, permeadas por conflitos antagônicos. Preconceitos, opressões e discriminações são sofridos de formas diferenciadas por sujeitos sociais, quando relacionados à classe, sexo e “raça”⁶.

De acordo com Cisne (2018, p. 225),

⁵“O lulismo é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo *ao mesmo tempo* (SINGER, 2018, grifos do autor)

[a] percepção da heterogeneidade da classe nos possibilita engendrar táticas que podem se traduzir em ações de resistência coletivas no enfrentamento ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Essa perspectiva permite, ainda, que as discriminações não sejam mais atribuídas apenas aos sujeitos específicos [mulheres, negros(as)], mas sejam consideradas um problema de toda a classe que se pretende revolucionária.

A relação entre gênero, “raça” e classe compõe um sistema que não se encerra na existência de suas contradições. A produção e reprodução da vida real é determinada pelas relações sociais e estas são permeadas por “raça” e sexo, e não apenas classe. Para compreendermos a classe em sua totalidade, faz-se necessário analisarmos estas dimensões em sua dinâmica relação.

Estas relações são construções sociais, sendo resultado de processos sócio-históricos e não relações naturalizadas e espontâneas. Deve-se enfatizar as dimensões históricas, sociais, culturais e políticas que conformam as relações desiguais.

Nesta interrelação entre classe, “raça” e gênero, o capitalismo⁷ tem atuado no sentido de ampliação, não apenas do exército industrial de reserva, mas no espraiamento da capacidade de superexploração da força de trabalho.

Danièle Kergoat (2010) desde 1970-1980 mobilizou esforços acerca da consolidação do conceito de *consustancialidade* (das relações sociais) e *coextensividade* (sua propriedade essencial) para compreender as práticas sociais de homens e mulheres, sobretudo, frente à divisão sexual do trabalho; argumentando que a tripla dimensão classe – raça – gênero não se deixa capturar por formas geométricas como soma, intersecção e multiposição, uma vez que elas são móveis, ambíguas e até mesmo ambivalentes.

Assim, consustancialidade se configura como “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100). E coextensividade está relacionada ao “dinamismo das relações sociais, buscando dar conta do fato de que elas se produzem mutuamente” (*Idem*, p. 101).

Os aspectos constitutivos da consustancialidade e da coextensividade, mediante o cruzamento das categorias de raça/gênero/classe, faz com que não possamos argumentar no âmbito de uma única relação. Quando analisamos o ingresso da mulher no mercado de

6O termo “raça” é utilizado aqui da mesma forma que classe ou sexo, isto é, como categoria socialmente construída, resultado de discriminação e produção ideológica (GUILLAUMIN *apud* KERGOAT, 2010).

7Segundo Cisne (2015) o incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem, assim, corresponder às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho, que envolvem além da docilidade e passividade – características historicamente atribuídas as mulheres – novas exigências como a capacidade de polivalência.

trabalho, observamos que esta entrada é marcada por diferenciações quando relacionada aos homens, pois as mulheres continuam a receber menores salários e a acumular o trabalho em âmbito doméstico, isso como exemplos de diversas outras discrepâncias.

Nogueira (2011) nos atenta para o fato de que não existe força de trabalho sem a existência de trabalhadores/as, gerados/as e mantidos por ao menos uma mulher, quer ela esteja ou não inserida também no âmbito produtivo.

O trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalismo a segurança da reprodução e a perpetuação da força de trabalho e, dessa maneira, garante também a reprodução e manutenção da própria lógica do capital (p. 147).

Pode-se afirmar que é por esta garantia que o capitalismo faz diuturnamente a manutenção da legitimação da família patriarcal, sendo esta aliada à sua dinâmica, havendo o casamento como um contrato de dependência.

Vis-à-vis deve-se compreender que, conforme elaborou Marx, em tese, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, este é o real responsável pela produção de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família e, por conseguinte, primordial ao sistema de produção vigente, haja vista a necessidade de redução de custos com a reprodução da força de trabalho.

A divisão sexual do trabalho (HIRATA, 1998) não se refere a perceber diferenças entre homens e mulheres, mas sim, articular o conjunto de elementos existentes nas especificidades de gênero e utilizados pelo capitalismo no controle do paradigma de produção e reprodução do capital.

GOVERNO LULA, TRABALHO FORMAL E GÊNERO: NOVAS CONFIGURAÇÕES?

Os Governos Lula não romperam com o paradigma neoliberal, porém, nos pareceu instigante perscrutar a real relação entre a prática discursiva daquele governo acerca dos números da macroeconomia, com as possíveis alterações da qualidade de vida no trabalho das classes subalternas, em especial neste estudo as mulheres trabalhadoras.

Dentro da conformação sócio-histórica, econômica e social do Brasil, é possível verificar diferenciações no papel do Estado no que concerne ao mundo do trabalho. Com Getúlio Vargas (mesmo com razões duvidosas para o feito), houve algum ganho para o trabalho. Durante a Ditadura Militar, o crescimento econômico esteve sincronizado com a concentração da renda e ampliação das desigualdades sociais. Na conjuntura de redemocratização, garantias constitucionais para os/as trabalhadores/as. Com a

implantação e aprofundamento do neoliberalismo, regressões para esta classe. E com os Governos Lula, um conjunto de medidas que favoreceram o trabalho (retomada das políticas de crescimento econômico, expansão do emprego, valorização do salário mínimo, investimentos na educação que incide sobre o mundo do trabalho, sistemática de garantias a justiça do trabalho, entre outras).

De fato, existe aqui uma mudança significativa no que concerne ao crescimento. O PIB, principal termômetro de uma economia, durante os governos Lula foi crescente, com queda acentuada apenas no 4º trimestre de 2008 em razão da crise. O crescimento permitiu maior investimento do Estado em políticas públicas e na geração dos postos de trabalho. Isso teve forte influência na ampliação das contribuições previdenciárias.

Em 2007, pela primeira vez desde a sua criação, a série estatística da RAIS registrou um volume de empregos formais superior a dois milhões. Foram criados, apenas neste ano, 2,45 milhões de postos de trabalho⁸. Segundo dados da ANFIP (2015), o saldo de contratações e estoque de trabalhadores/as com vínculos teve variação positiva de 6,98 em 2007; 4,88 em 2008; 4,48 em 2009 e 6,94 em 2010, havendo evolução positiva da renda do trabalho (entre 2004 e 2014), com queda durante a crise de 2008. No que concerne ao recorte que envolve as variáveis de gênero, os números acompanham os dados gerais, apresentando uma redução das assimetrias em favor das mulheres, em termos quantitativos.

O governo Lula promoveu entre 2003 e 2010 um montante de 15,384 milhões de novos postos de trabalho, um crescimento de 53,63%, com uma média anual de 1,923 milhões. Em 2010 o aumento foi de 2.860.809 empregos formais em apenas um ano, chegando a um recorde, com alta de 6,94% se comparado ao ano anterior.

Em todos os anos analisados houve incremento quantitativo no número de acesso de forma continuada. No último ano de governo, as mulheres representaram o maior número quando considerados os postos de trabalho criados no ano. Contudo, nosso estudo revela que as mulheres no mercado de trabalho formal estavam concentradas nas faixas de rendimento entre 1 (um) e 5 salários mínimos, com números mais expressivos na faixa compreendida entre 1,5 (um e meio) e 2 (dois) salários mínimos, apresentando-se em menor número nas faixas de rendimento salarial acima de 5 (cinco) salários mínimos. O que significa tímida mobilidade no que se refere a média de rendimentos balizada por assimetrias de gênero.

⁸Em 2002, o número de empregos formais estava reduzido a 33% da População Economicamente Ativa (ANFIP, 2015)

Entre as mulheres indígenas, a maior parte se encontra entre as faixas salariais que vai de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo a um salário mínimo. As mulheres negras, em 2010, se encontravam nas faixas de rendimento entre um e dois salários mínimos (IBGE, 2010) – indígenas e negras são a maioria de trabalhadoras sem rendimento.

Segundo dados da RAIS o número de PCD empregados/as, em 2010, era de 0,69% em relação às pessoas sem deficiência⁹. O rendimento mensal das mulheres com deficiência encontrava-se nas faixas entre $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo e dois salários mínimos, com maior concentração entre $\frac{1}{2}$ (meio) e um salário mínimo.

Quando a superexploração da força de trabalho prevalece através dos baixos salários, abaixo do valor da força de trabalho, estamos diante da apropriação do fundo de consumo do/a trabalhador/a. Os custos disso é o esgotamento dos/as trabalhadores/as mediante a apropriação do fundo de vida (OSÓRIO, 2014).

A categoria Superexploração da força de trabalho permite a compreensão da reprodução do capitalismo na particularidade das economias dependentes, não se configurando como um conceito que exprime simplesmente maior quantidade de trabalho.

A superexploração pode se efetivar mediante quatro modalidades: a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor (conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital); o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração (LUCE, 2013).

O setor de serviços se manteve como o que mais gerou postos de trabalho durante este contexto, chegando a 86.293.485 postos de trabalho. De acordo com Nogueira (2011, p. 188), este é um dos setores que mais absorvem a força de trabalho das mulheres, porque tem como características as atribuições mais precárias. Este foi o único setor em que as mulheres mantiveram sempre o maior número de empregos, quando em relação aos homens.

A continuidade das mulheres neste setor, desde a década de 1970, conforme série histórica, corresponde a uma demanda do capital no que concerne à precarização do trabalho, impulsionando o caráter contraditório entre a inserção das mulheres no mundo do trabalho formal frente a trabalhos pouco protegidos e amplamente explorados. Este é um

⁹Importante destacar que a responsabilidade social das empresas mediante modernização da legislação brasileira, em caso de descumprimento tem implicações financeiras, em acordo com a Portaria no Ministério do Trabalho nº 1.199, de 28 de outubro de 2003.

demarcador significativo das contradições inerentes a este Governo e a divisão sexual do trabalho, que configura a combinação entre formalização e precarização do trabalho, característica da era Lula. Segundo Singer (2018), a ampliação do setor de serviços está relacionada à expansão do emprego com baixa remuneração, com carteira assinada, sem reindustrialização.

Segundo dados do DIEESE (2012), o mercado de trabalho seguiu com desigualdades sociais relevantes, com base em nossa conformação sócio-histórica, fortemente marcada pela segmentação de gênero, raça/etnia e outros marcadores.

As mulheres constituíam minoria no número de empregados, empregados com carteira assinada (o que significa menor proteção social e previdenciária), entre os/as trabalhadores/as por conta própria com registro e empregadores. E absoluta maioria, nos empregos domésticos, que se caracterizam como uma extensão das atribuições naturais às mulheres, o que garante uma desvalorização do trabalho, possibilitando menores rendimentos e reconhecimento social, haja vista a ausência do lastro de uma qualificação profissional formal.

O trabalho doméstico também vai se diferenciar dos demais trabalhos assalariados a partir das relações que se estabelecem entre contratante e contratado/a, uma vez que envolve relações menos formais e mais interpessoal e familiares, o que descaracteriza o caráter profissional. Por esta fragilização de vínculos, é um dos empregos com mais baixa taxa de sindicalização.

Apesar de a dessindicalização ser um fenômeno mundial relacionado à ampliação da precarização das condições de trabalho, mediante as crises estruturais do capital e a reestruturação produtiva, que estabelecem cisão entre empregos estáveis e não estáveis, é sobre as mulheres que este processo incide com maior repercussão.

Isso pode ser reflexo de diversos fatores, como a qualidade dos postos de trabalho ofertados e ocupados por estas mulheres, que não lhes garantem proteção social; o não reconhecimento do trabalho das mulheres como trabalho, se configurando como fundamental para a reprodução do capital; ou até mesmo como resultantes das políticas de ativação do mercado de trabalho, a exemplo do empreendedorismo (PEREIRA, 2019).

Uma das alterações, do ponto de vista ocupacional, nos governos Lula, foi a reestruturação do serviço público no que refere a concursos públicos e contratação de pessoal. Porém, foi justamente a este segmento que se imprimiu a contrarreforma previdenciária no Governo Lula, que colocou fim na aposentadoria integral dos servidores públicos, criou um teto e estabeleceu parâmetros de cálculo para benefícios e ativou a

obrigatoriedade de contribuição em 11% mensal para os/as aposentados/as.

Em que pese haver o aumento no número de contribuintes à Previdência, conforme dados apresentados anteriormente, em termos gerais houve pouca mobilidade e as mulheres permaneceram sendo a minoria entre os contribuintes da Previdência Social, o que implica desproteção em caso de gravidez, adoecimento, morte, entre outros.

No âmbito da previdência social as mulheres são maioria em número de pensionistas¹⁰ e em requerimentos de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios assistencial operacionalizado pela previdência, o que indica que estas mulheres ainda se encontram em sua grande maioria em situação de dependência no que concerne a atividades laborais com vínculos empregatícios, dos quais decorrem os acessos aos direitos previdenciário e trabalhistas, conferidos nos marcos da cidadania regulada através do trabalho formal.

Também coube à mulher o maior número entre os/as trabalhadores/as que desenvolveram atividades laborais sem rendimento. Conforme dados do IBGE o maior número de mulheres nesta situação ocupacional teve permanência no período analisado, com algumas oscilações de queda, porém acompanhada pelo assemelhado declínio entre os homens, o que significa que principalmente sobre elas incidiram as políticas relacionadas ao movimento da economia nacional.

No contexto do segundo governo Lula, o projeto de cidadania salarial que articulava proteção social e ampliação de espaços ocupacionais passa a ser tensionado pela burguesia. Isso porque se torna evidente que a condição de país capitalista dependente deixa uma margem de concessão material aos/as trabalhadores/as muito restrita. Segundo Osório (2018) nos países dependentes, como o Brasil, predomina a combinação entre pagamento de baixos salários e prolongamento da jornada de trabalho, sendo estes mecanismos deletérios para a classe trabalhadora.

Cabe destacar que nem todo *prolongamento da jornada de trabalho* é superexploração. Se considerarmos apenas as horas dedicadas ao trabalho formal, em 2010 as mulheres trabalharam cerca de 38,9, horas em média, 4,6 horas a menos que os homens. Porém ao ampliarmos a lente e verificarmos a condição de dupla jornada, inserindo os afazeres domésticos que fortemente contribuem para a reprodução do capital, as

¹⁰Segundo dados da PNAD (2011), em 2007 eram 4.637.000 mulheres pensionistas e 641 mil homens. Em 2008, eram 4.295.000 e 536.000 homens e em 2009, as mulheres eram 4.345.000 contra 605.000 homens pensionista (IBGE, 2009). Quando verificado o número de aposentadorias, os homens seguiram sendo os que detém o maior acesso durante os 04 anos analisados, chegando a diferença de mais de 2.250.000 em número de aposentados em relação as mulheres aposentadas em 2007.

mulheres perfazem o maior número médio de horas trabalhadas.

A ampliação do mercado formal trouxe consigo a contradição da presença das mulheres no trabalho reprodutivo. Isso porque as alterações procedentes para a inserção e manutenção desta no mercado de trabalho, sobretudo no pós-1970, não as desresponsabilizou do trabalho doméstico, da reprodução da família.

Importante destacar que estas jornadas se acentuam quando tratamos de outros marcadores como raça/etnia, mulheres com deficiência, população LGBTQIAP+, haja vista a necessidade de cumprimento de mais horas trabalhadas para perfazer uma média de rendimentos que satisfaça minimamente a manutenção destas trabalhadoras e sua família.

Segundo Marini (2011) o *aumento da intensidade do trabalho* corresponde a superexploração quando associado à exploração de energia dos/as trabalhadores/as, não se restringindo apenas a sua forma física, mas também psicológica ou intelectual. O aumento de patologias relacionadas ao trabalho e de mortes em razão do desenvolvimento das atividades laborais são importantes indicativos de superexploração.

Durante o segundo governo Lula, foi o setor de serviço aquele que mais cresceu, o que mais ocupou as mulheres e o que apresentou maior incidência de acidentes e doenças do trabalho (de acordo com os Registro em comunicação de Acidentes do trabalho – CAT), vinculado a estatística do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Segundo dados da Oxfam (2018), o trabalho doméstico que continua sendo a ocupação com maior número de mulheres no âmbito do trabalho formal é um dos ambientes com o maior número de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. Estudos estimam o número de incidência anual de 33,78% acidentes de trabalho não fatais entre diaristas, e de 41,1% em mensalistas - mas as relações que se estabelecem em âmbito doméstico (escamoteado a profissionalização) contribuem para a subnotificação.

Nogueira (2011), em análise acerca do trabalho desempenhado pelas teleoperadoras, uma das funções majoritariamente ocupada por mulheres, a rotina pesada e exaustiva apresenta diversos fatores de risco que contribuem para o adoecimento das trabalhadoras, mediante um ritmo alucinante de trabalho; a ausência de pausas para recuperar o organismo; as metas de produtividade desgastantes (tempo médio de atendimento - TMA); os movimentos repetitivos; a pressão constante de supervisores com controle rígido do trabalho; a insalubridade do Ambiente de trabalho; a inadequação do mobiliário e dos equipamentos e a postura estática.

Desta forma, na perceptiva da relação entre gênero e trabalho, o acesso e manutenção das mulheres aos postos de trabalho implicou uma reconfiguração não

substantiva, se materializando como a tentativa de garantir igual de oportunidades dentro da ordem vigente.

CONCLUSÃO

A programática do Governo Lula, se fundamenta como um complexo feixe de contradições, que articula de forma continuada elementos regressivos e progressivos, havendo como elemento chave a tentativa de arbitrar entre a acumulação capitalista e o enfrentamento à pobreza extrema no Brasil.

Constata-se uma melhoria relativa da mobilidade social e uma relevante redução dos níveis de miséria no país (com a redução da pobreza extrema¹¹), através do progresso integrativo, que relacionava a garantia de renda, a tentativa de inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos. Em que pese não haver atuado sobre as causas estruturais da desigualdade, manteve-se uma política de combate à pobreza associada à desigualdade de renda, o que possibilitou a ampliação do foco de atuação do governo em políticas de ampliação do mercado de trabalho, sem necessariamente haver comprometimento com a qualidade destes postos, que se mantiveram em situação de precariedade.

Estes elementos são inerentes a nossa conformação sócio-histórica. Estamos diante de um contingente alto de trabalhadores/as empobrecidos/as frente a um conjunto de ações comprometidas com os interesses do capital e do imperialismo, à custa da superexploração da força de trabalho. A prática discursiva de um processo de ampliação do trabalho e do que se instituiu como cidadania formal no Brasil (a vinculação ao trabalho com registro) se confrontava com tamanha dívida social e com uma conjuntura neoliberal.

Concluimos que as mudanças foram conjunturais e não estruturais. Isso é intrínseco ao Estado que não rompeu com o neoliberalismo. As assimetrias de gênero foram parcamente tocadas, de forma que a manutenção desta imbricação entre trabalho assalariado e o trabalho doméstico garante não apenas a produção, mas também a manutenção da força de trabalho, reduzindo os custos desta reprodução para o Estado e conseqüentemente para o capital.

Os ganhos foram acompanhados pela manutenção da superexploração da força de trabalho das mulheres, que, mesmo diante da redução da diferença salarial em relação aos homens, ainda ganham menos que eles desenvolvendo as mesmas funções; que a sua inserção no mercado de trabalho não foi acompanhada de um processo de redistribuição

¹¹Sem acabar com a miséria, a possibilidade de instituir uma miséria residual seria um êxito.

das atividades reprodutivas.

Isso significa que as transformações pelas quais passaram o trabalho e a forma de acumulação e as relações sociais que dela se depreendem impulsionaram a feminização do trabalho, mas, ao invés de conformar um processo emancipatório, contraditoriamente, apresentou a intensificação da precarização, uma vez que há a apropriação de sua força de trabalho em escala ainda mais ampliada pelo capitalismo.

É fundamental evidenciar está articulação do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, que tem viabilizado a ampliação da precarização do trabalho, em prejuízo das mulheres, garantindo a manutenção de mecanismos estruturais de subordinação através da divisão sexual do trabalho, que apenas será superado mediante o sucumbir das relações de subordinação do trabalho ao capital e, para isso, é necessário combater o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, R et al. Estrutura do emprego e da renda. In: LAPLANE, M. & HIRATUKA, C. (orgs.) **Perspectivas do Investimento no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES; Campinas: IE-Unicamp, 2010.
- BEHRING, E. R. Estado e capitalismo no Brasil “neodesenvolvimentista”. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras do Serviço Social, 2014, Natal. **Anais**, Brasília: Abepss, 2014.
- CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.
- CASTELO, R. Florestan Fernandes: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria Mello de (Coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Celso Furtado, 2011.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Rev. Serv. Soc. Soc**, 2012
- CASTELO, R. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Revista Universidade e sociedade**, nº 60. Rio de Janeiro: ANDES-SN, 2017.
- CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc**. no.132 São Paulo, 2018.
- DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da Rais 2002 - 2013**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/numerosRotatividadeBrasil.pdf>>. Acesso em 27 set. 2012.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n. 7, 1998.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Análise das condições de vida da população brasileira**. Acesso em janeiro/2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal**. Acesso em janeiro/2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Senso Demográfico 2010**. Disponível: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em abril/2020.

KERGOAT, D. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 2010.

LUCE, M. S. **A superexploração da força de trabalho no Brasil**: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

LULA, L.I. **Pronunciamento à nação do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse Palácio do Planalto, 1º de janeiro de 2007. Disponível em <file:///C:/Users/Windows/Downloads/01-01-2007%20-%20Pronunciamento%20a%20nacao%20do%20Presidente%20da%20Republica-%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20na%20cerimonia%20de%20posse.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2020.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización**. [1972]. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2005.

MARINI, R. M. Sobre a dialética da dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marine vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução**: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSORIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Revista Scielo**. v. 31, Salvador, 2018.

OXFAM. **Empoderamento econômico das mulheres no Brasil pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado - 2018**. São Paulo - junho de 2018.

PEREIRA, J. **“EMPREENDEDORAS” DAS CONFECÇÕES**: um estudo sobre a implementação do MEI e o trabalho faccionado no Agreste de Pernambuco. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFCG, Brasil, 2019.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estud**. CEBRAP, 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.